

Legislativo Federal

Congresso aprova orçamento de 2025



Sessão de votação do Congresso Nacional - 20/3/2025

O **Congresso Nacional** aprovou, na quinta-feira, 20/3, o Projeto de **Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (PLN 26/2024)**. A proposta, aprovada com um atraso de três meses, prevê um orçamento total de R\$ 5,8 trilhões, com um limite de R\$ 2,2 trilhões para despesas sujeitas ao arcabouço fiscal e um superávit estimado em R\$ 15 bilhões.

A matéria foi aprovada depois que o relatório final do senador **Angelo Coronel (PSD/BA)**, foi divulgado pela manhã e votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no começo da tarde. No relatório, o senador já previa a destinação de R\$ 18 bilhões do Fundo Social (FS) só do Pré-Sal para o financiamento imobiliário no âmbito do PMCMV.

Durante a sessão de votação do Congresso, o relator do Orçamento Angelo Coronel destacou também outras despesas importantes que foram contempladas no projeto:

- - Saúde – R\$ 233 bilhões;
- - Educação – R\$ 167 bilhões;
- - Bolsa Família – R\$ 160 bilhões;
- - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – R\$ 60 bilhões;
- - Reajustes do funcionalismo (retroativos) – R\$ 22 bilhões;
- - Farmácia Popular – R\$ 4,2 bilhões;
- - Bolsas da Capes – R\$ 4,2 bilhões;
- - Vale-gás – 3,6 bilhões.

Agora, o [texto](#) segue para sanção presidencial.

SUMÁRIO

Congresso aprova orçamento de 2025 - p. 1

Congresso recebe proposta de isenção do IR - p. 2

Governo Federal destina recursos do Pré-Sal para habitação social - p. 3

Comissões da Câmara dos Deputados são instaladas - p. 4

André do Prado é reeleito presidente da Alesp - p. 5

Câmara Municipal define a presidência das Comissões - p. 6



Randolfe Rodrigues (PT/AP), vice-líder do Senado; Davi Alcolumbre (UniãoAP), presidente do Senado; e Angelo Coronel (PSD/BA), relator do orçamento de 2025

Congresso recebe proposta de isenção do IR



Cerimônia no Palácio do Planalto - 18/3/2025

Em cerimônia no **Palácio do Planalto**, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou em 18/3, terça-feira, o [PL 1087/2025](#), que prevê **isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoas que recebem até R\$ 5 mil**. Estavam presentes a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, além do vice-líder do governo no Senado, Weverton (PDT/MA), representando o presidente Davi Alcolumbre (União/AP), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), e demais líderes partidários do Congresso.

Se aprovado no Legislativo ainda este ano, quem ganha até R\$ 5 mil por mês não pagará Imposto de Renda a partir de 2026. Hoje, a faixa de isenção vai até R\$ 2.259,20. Além disso, o texto prevê desconto parcial para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil.

Posição do Congresso

Durante a cerimônia, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, afirmou que a proposta é uma medida justa para quem mais precisa. Segundo ele, o benefício proposto pelo governo corrige uma injustiça tributária. No entanto, ressaltou que não é possível fazer justiça social no país sem responsabilidade fiscal e defendeu que o Congresso se esforce para melhorar a proposta.

Em nota, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, avaliou que a proposta de isenção do Imposto de Renda (IR) "reforça o compromisso com o equilíbrio e o desenvolvimento econômico do país". Alcolumbre afirmou também que o Senado dará 'a devida atenção' à matéria.



Plenário do Senado Federal

O governo disponibilizou uma cartilha com os principais conceitos do projeto de lei. [Acesse aqui](#).

Como ficará a isenção?

Atualmente, a isenção é para quem recebe até R\$ 2.824 por mês. Com a nova faixa de isenção até R\$ 5 mil, rendimentos entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil terão descontos parciais, enquanto aqueles acima desse patamar continuarão sujeitos às alíquotas progressivas de até 27,5%.

Renda Mensal	Desconto	Imposto sem desconto	Imposto final a pagar
R\$ 5.000,00	100%	R\$ 312,89	R\$ 0
R\$ 5.500,00	75%	R\$ 436,79	R\$ 202,13
R\$ 6.000,00	50%	R\$ 574,29	R\$ 417,85
R\$ 6.500,00	25%	R\$ 711,79	R\$ 633,57
R\$ 7.000,00	0	R\$ 849,29	R\$ 849,29

Tabela de isenção

Para compensar a isenção para esse público maior, estimada em R\$ 27 bilhões, o texto prevê uma tributação mínima para altas rendas sobre pessoas que recebem mais de R\$ 600 mil por ano em dividendos e que não contribuem atualmente com alíquota efetiva de até 10% para o Imposto de Renda.

Para quem tem vínculo CLT, nada muda, porque o imposto é retido diretamente. A nova regra não afeta salários, honorários, aluguéis ou outras rendas já tributadas na fonte. A medida se aplica a quem recebe altos valores em rendimentos isentos, como dividendos de empresas.

Renda Anual	Cálculo da alíquota mínima	Alíquota final	Imposto mínimo a pagar
R\$ 600.000	$\frac{600.000 - 600.000}{600.000} \times 10\%$	0%	nada
R\$ 600.000	$\frac{750.000 - 600.000}{600.000} \times 10\%$	2,5%	R\$ 18.750
R\$ 600.000	$\frac{900.000 - 600.000}{600.000} \times 10\%$	5%	R\$ 45.000
R\$ 600.000	$\frac{1.050.000 - 600.000}{600.000}$	7,5%	R\$ 78.750
R\$ 600.000	$\frac{1.250.000 - 600.000}{600.000}$	10%	R\$ 120.000

Tabela de tributação

Progressiva

A tributação mínima para altas rendas funciona de forma progressiva. Primeiro, soma-se toda a renda recebida no ano, incluindo salário, aluguéis, dividendos e outros rendimentos. Se a soma for menor que R\$ 600 mil, não há cobrança adicional. Se passar deste valor, aplica-se uma alíquota que cresce gradualmente até 10% para quem ganha R\$ 1,2 milhão.

A tributação mínima considera também o imposto que já foi pago sobre a renda. Se, por exemplo, um contribuinte que recebe R\$ 1,2 milhão anuais pagou 8% de IR, terá que pagar apenas mais 2% para chegar aos 10%. Em outra hipótese, se um contribuinte com R\$ 2 milhões já pagou 12% de IR, não pagará.

Na hora de calcular o valor do imposto devido, alguns rendimentos deverão ser excluídos, como ganhos com poupança, títulos isentos, herança, venda de bens, outros rendimentos mobiliários isentos, pensões e aposentadorias por moléstia grave, além de indenizações.

Governo Federal destina recursos do Pré-Sal para habitação social

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, editou no dia 6/3 a [Medida Provisória \(MP\) nº 1291/2025](#), que altera a [Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010](#), conhecida como a Lei do Pré-Sal, para ampliar o uso dos recursos do Fundo Social (FS), em programas e projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, infraestrutura e habitação de interesse social.

O FS é um fundo de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e regional, abastecido com recursos dos royalties do petróleo.

A [MP](#) perde a validade no dia 4/5, se não for prorrogada.

Comissões da Câmara dos Deputados são instaladas

Na quarta-feira, 19/3, vinte e oito **Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados** iniciaram seus trabalhos com a eleição de seus presidentes para a 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura. Os partidos dos presidentes que comandarão cada colegiado foram definidos previamente pelos líderes partidários, com base na proporcionalidade partidária, e os nomes dos candidatos eleitos também foram indicados pelos líderes.

A Câmara tem 30 Comissões Permanentes. As outras duas comissões - a de Administração e Serviço Público e a de Desenvolvimento Urbano - devem eleger os novos presidentes na próxima semana.

Veja como ficou a divisão do comando das Comissões:

						
Desenvolvimento Econômico Lafayette de Andrada (Republicanos/MG)	Meio Ambiente Elcione Barbalho (MDB/PA)	Constituição e Justiça Paulo Azi (União/BA)	Educação Maurício Carvalho (União/RO)	Minas e Energia Diego Andrade (PSD/MG)	Saúde Zé Vitor (PL/MG)	Trabalho Leo Prates (PDT/BA)
						
Finanças e Tributação Rogério Correia (PT/MG)	Ciência, Tecnologia e Inovação Ricardo Barros (PP/PR)	Integração Nacional Yandra Moura (União/SE)	Defesa do Consumidor Daniel Almeida (PC do B/BA)	Viação e Transportes Maurício Neves (PP/SP)	Relações Exteriores Filipe Barros (PL/PR)	Fiscalização Financeira e Controle Bacerlar (PV/BA)
						
Esporte Laura Carneiro (PSD/RJ)	Cultura Denise Pessôa (PT/RS)	Indústria, Comércio e Serviços Beto Richa (PSDB/PR)	Defesa dos Direitos da Mulher Célia Xakriabá (Psol/MG)	Previdência e Assistência Social Ruy Carneiro (Podemos/PB)	Direitos das Pessoas com Deficiência Duarte Jr. (PSB/MA)	Direitos da Pessoa Idosa Zé Silva (Solidariedade/MG)
						
Turismo Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG)	Segurança Pública Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)	Agricultura Rodolfo Nogueira (PL/MS)	Direitos Humanos Reimont (PT/RJ)	Amazônia e dos Povos Originários Dandara (PT/MG)	Comunicação Júlio César Ribeiro (Republicanos/DF)	Legislação Participativa Fred Costa (PRD/MG)

Legislativo Estadual

André do Prado é reeleito presidente da Alesp

No sábado, 15/3, os deputados da **Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)** realizaram a **eleição da Mesa Diretora para o biênio 2025-2027**. Com 88 votos, o deputado **André do Prado (PL)** foi reeleito para presidir a Casa, vencendo a deputada Paula da Bancada Feminista (Psol), que recebeu 4 votos.

Em seu discurso de reeleição, Prado destacou os diversos avanços que a Assembleia conquistou ao longo dos últimos dois anos, como a modernização da estrutura da sede da Casa, e o lançamento de uma premiada cartilha comportamental de conscientização sobre práticas corretas no ambiente de trabalho.

O Presidente

André do Prado, 55 anos, nasceu em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, e é formado em Análise de Sistemas pela Universidade de Mogi das Cruzes. Começou sua carreira política em 1992, quando aos 23 anos foi eleito vereador de Guararema, cargo em que permaneceu por dois mandatos, até o ano de 2000.

Prado foi vice-prefeito de Guararema entre 2000 e 2004, período em que comandou também a Secretaria de Saúde do município. No último ano de seu mandato como vice-prefeito, candidatou-se à prefeitura de Guararema e conquistou o cargo, no qual permaneceu até 2008.

Eleito deputado estadual pela primeira vez em 2010, Prado está no seu quarto mandato, após ter sido eleito com 216 mil votos em 2022. Seu histórico o credenciou a se candidatar e a ser eleito presidente da Alesp no biênio 2023-2025.



Andre do Prado, presidente reeleito da Alesp para o biênio 2025-2027

Mesa Diretora

Com a função de organizar os trabalhos legislativos e administrativos, foram eleitos para compor a Mesa Diretora os seguintes deputados:

			
Gilmaci Santos (Republicanos) 1º Vice-presidente	Milton Leite Filho (União) 2º Vice-presidente	Fábio Faria de Sá (Podemos) 3º Vice-presidente	Paulo Correa Jr. (PSD) 4ª Vice-presidência
			
Mauríci (PT) 1º Secretário	Barros Munhoz (PSDB) 2º Secretário	Gil Diniz (PL) 3º Secretário	Léo Oliveira (MDB) 3º Secretário

Legislativo Municipal

Câmara Municipal define a presidência das Comissões

Na quinta-feira, 13/3, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) elegeu os **presidentes e vice-presidentes das Comissões Permanentes** da Casa para a 19ª Legislatura. As eleições também definiram a composição dos colegiados.

As Comissões têm vital importância no andamento dos trabalhos da Casa. Elas analisam as proposições, promovem estudos e pesquisas das matérias legislativas, realizam Audiências Públicas, fiscalizam a administração pública direta ou indireta, entre outras atividades regimentais.

Composição das Comissões Permanentes:


			A definir		A definir		
Sandra Santana (MDB) Presidente	Thammy Miranda (PSD) Vice-presidente	Jair Tatto (PT) Presidente	Vice-presidente	Rubinho Nunes (União) Presidente	vice-presidente	Edir Sales (PSD) Presidente	Amanda Vettorazzo (União) Vice-presidência
Constituição, Justiça e Legislação Participativa		Finanças e Orçamento		Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente		Administração Pública	

					
Senival Moura (PT) Presidente	Pastora Sandra Alves (União) Vice-presidência	Sonaira Fernandes (PL) Presidente	Cris Monteiro (Novo) Vice-presidência	Ely Teruel (MDB) Presidente	Simone Ganem (Podemos) Vice-presidência
Trânsito, Transporte e Atividade Econômica		Educação, Cultura e Esportes		Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher	

Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

O **colegiado** do legislativo municipal que analisa temas da pauta urbanística da cidade, como o cadastro territorial do município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, zoneamento e uso e ocupação do solo, obras e serviços públicos, é formada por sete vereadores.

O vereador **Rubinho Nunes (União)** foi escolhido para conduzir os trabalhos em 2025 da Comissão, que também contará com os seguintes membros:

						
Rubinho Nunes (União) Presidente	Dr. Murillo Lima (PP)	Fabio Riva (MDB)	Gabriel Abreu (Podemos)	Isac Félix (PL)	Marina Bragante (Rede)	Nabil Bonduki (PT)

As reuniões da Comissão ocorrerão às quartas-feiras, às 13h, no Auditório Prestes Maia.

A vice-presidência será definida na primeira reunião ordinária do colegiado, prevista para a próxima semana.